



SÉTIMO CONGRESSO LATINOAMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA
25, 26 e 27 de Setembro de 2013, Bogotá, Colômbia

ALACIP Jovem (Mesa 4)
Comunicação Política, Eleições e Opinião Pública na América Latina

CONTROLE SOCIAL DE GOVERNO POR MEIO DAS TECNOLOGIAS DE
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO¹

Thomaz Anderson Barbosa²
thomazanders@gmail.com

Obs.: ao final do texto em português foi disponibilizada uma versão em espanhol.

RESUMO

Acreditando que as tecnologias de informação e comunicação potencializam as ações realizadas pelas organizações civis de controle social de governo, o artigo traz um modelo de accountability societal digital desenvolvido a partir da exploração teórica dos conceitos de accountability e de democracia digital. Em seguida, por meio de um estudo exploratório observando a presença virtual de 219 organizações brasileiras de controle social em três canais digitais de ação (sites, perfis no Facebook e no Twitter), conclui-se que o uso destas ferramentas no país ainda é bem restrito e pouco valorizado como estratégia de ação.

PALAVRAS-CHAVE

Controle social; accountability societal; internet; tecnologias de informação e comunicação.

¹ Este artigo foi produzido a partir da minha monografia de final de curso de Ciência Sociais, cujo o título é "Accountability Societal e Tecnologias de Informação e Comunicação". Agradeço aos comentários e sugestões dos professores Marcus Abílio Gomes Pereira (UFMG), Ricardo Fabrino Mendonça (UFMG) e Eduardo Henrique Diniz (EAESP-FGV). Agradeço também à tradução do texto em espanhol, realizado por Catherine Rojas Merchán, colega de mestrado na EAESP-FGV.

² Mestrando em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas/SP (EAESP-FGV), na linha de pesquisa Governo e Sociedade Civil em Contexto Subnacional. Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e em Turismo pelo Centro Universitário Newton Paiva.

As tecnologias de informação e comunicação (TICs), supostamente, ampliam o espaço informacional para as práticas de controle social de governo - tanto devido ao crescimento dos dados disponibilizados na internet pelas instituições governamentais, quanto pelas oportunidades de publicização dos resultados obtidos a públicos mais abrangentes.

Este artigo se propõe a identificar as práticas desenvolvidas nas organizações civis que atuam monitorando as atividades políticas (aqui denominadas como “agências de accountability societal”), identificando os limites e as possibilidades desta atividade, tal como vem sendo desenvolvida atualmente no Brasil. De uma forma mais direta, buscar-se-á responder a seguinte pergunta: estariam as agências de accountability societal se apropriando das possibilidades trazidas pelas TICs para potencializarem seu objetivo comum de exercerem o controle social dos governos?

Percorreremos o seguinte caminho nas próximas páginas: partiremos de uma revisão conceitual sobre accountability e democracia digital para, em seguida, elaborarmos um modelo de accountability societal por meio das TICs. Em seguida, trataremos algumas conclusões sobre um levantamento exploratório feito em 208 organizações da sociedade civil que atuam com o controle social, fazendo uma proposta de maior adensamento da pesquisa a partir do estudo de casos daquelas agências de accountability que possuem maior inserção no mundo on-line.

(I) Accountability societal: elucidação do conceito e considerações práticas

O conceito de accountability (e seus respectivos desdobramentos) é tratado por diversos outros autores (O'Donnell, 1991; Schedler, 1999; Mainwaring & Welna, 2003; Peruzzotti & Smulovitz, 2006; Pinho & Sacramento, 2009) e surge revigorado nas últimas décadas a partir da ideia de representação política como uma forma democrática

que conserva à sociedade o poder negativo de investigação, julgamento, influência e renovação dos governantes (Urbinati, 2006).

Peruzzotti & Smulovitz (2006) - retrabalhando a divisão espacial de O'Donnell (1991) entre *accountability* horizontal (aquele feito por uma rede de poderes relativamente autônomos) e *accountability* vertical (aquele feito retrospectivamente nas eleições) – inclui a mídia e as associações civis naquilo que ele denomina como *accountability* social. Isunza & Lavallo (2010) dão um passo a frente considerando que o controle social sobre o poder público pode ser exercido tanto por cidadãos quanto por atores coletivos organizados (controle societal)³, o qual se caracterizará como sendo um controle social exercido por meio de práticas de representação.

Desta forma, o termo *accountability* societal se refere a uma forma específica de controle social, exercida por atores coletivos e capaz de gerar responsabilidade e sanção a agentes políticos no exercício não responsivo ou ilegal de suas funções de governo.

Tabela 1: Evolução conceitual do termo "*accountability*"

AUTOR(ES)	O'DONNELL (1991)	PERUZZOTTI & SMULOVITZ (2006)	ISUNZA & LAVALLE (2010)
INOVAÇÃO TEÓRICA	Metáfora da divisão espacial: <i>accountability</i> horizontal (realizado entre os poderes relativamente autônomos do Estado) e <i>accountability</i> vertical (feito de forma retrospectiva, por meio das eleições).	Inclusão da <i>accountability</i> social (controle social de governo por meio das organizações civis e da mídia).	Separação entre o controle social exercido diretamente pelos cidadãos e o <i>accountability</i> societal, exercido por meio de atores coletivos da sociedade civil.

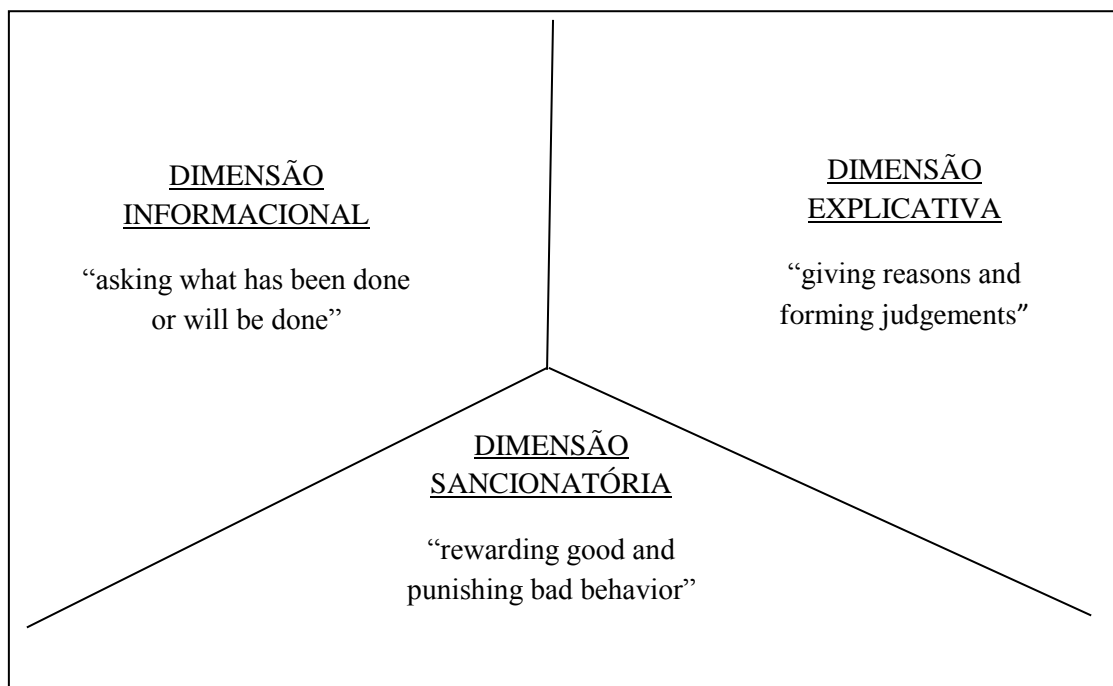
Fonte: elaboração própria

Em relação às estratégias a serem tomadas pelas agências de *accountability* societal, o modelo tridimensional de Schedler (1999) traz algumas contribuições. As dimensões informacionais, explicativas e sancionatórias da *accountability* são capazes

³ “En ese sentido, la idea de control social se enriquece con una modalidad de control propia de las relaciones entre representantes y representados, a saber, la idea de ‘rendición de cuentas’” (ISUNZA & LAVALLE, 2010: p. 21)

de prevenir e reparar abusos de poderes políticos: (a) sujeitando o poder às ameaças de sanções; (b) obrigando a ser exercido de modo transparente e (c) forçando a justificar os seus atos.

Figura 1: Tridimensionalidade do conceito de *accountability* (conforme Schedler, 1999)



Fonte: elaboração própria

A dimensão informacional implica na obrigação de os agentes públicos responderem a perguntas nem sempre agradáveis quando necessário, informando fatos confiáveis sobre decisões tomadas ou sobre projetos a serem implantados, obrigando os agentes públicos a serem transparentes. A dimensão explicativa obriga os governantes a oferecerem explicações válidas de suas condutas a partir de um processo dialógico argumentativo baseado na lógica da razão pública, justificando seus atos. A dimensão sancionatória, correlacionada à coação e ao constrangimento (enforcement), sujeita o governo às ameaças de sanções.

O bom funcionamento do *accountability* societal se dá quando as perdas políticas são suficientemente altas (reduzindo potencialidade de alguém agir de forma irresponsável) e os ganhos são sentidos (incentivando bons comportamentos). Para isso,

a estratégia de interação entre a judicialização, a mobilização e a mediatização é a mais eficiente para o controle social do governo (Peruzzotti & Smulovitz, 2006).

Neste ponto, percebe-se a importância das tecnologias de informação e comunicação, uma vez que se tornam ferramentas fundamentais para dar a intensidade e a visibilidade pretendida, ecoando para toda a sociedade, para a mídia e para outras instituições governamentais a questão apresentada, como se verá a seguir.

(II) Democracia digital

Estariam as TICs - e mais especificamente a Internet - reconfigurando a participação, a deliberação e a representação política a ponto de seu uso ser pensado por aqueles que procuram exercer o controle social do governo?

O uso crescente das tecnologias de informação e comunicação (TICs) é fato marcante hoje em todos os aspectos da vida cotidiana. Essas ‘novas’ TICs foram (e estão sendo) responsáveis por impactos importantes nas interações sociais, em seus mais diversos campos. A política (e o político), evidentemente, não está de fora.

Gomes (2011), conceitua democracia digital⁴ como “qualquer forma de emprego de dispositivos (computadores, celulares, smartphones, palmtops, ipads ...), aplicativos (programas) e ferramentas (fóruns, sites, redes sociais, mídias sociais ...) de tecnologias digitais de comunicação para suplementar, reforçar ou corrigir aspectos das práticas políticas e sociais do Estado e dos cidadãos em benefício do teor democrático da comunidade política” (pp. 27-28, grifo do autor).

Para o autor, um projeto adequado de democracia digital deve estabelecer quatro requisitos. Devem ser “iniciativas com alto teor democrático, socialmente

⁴ Outras expressões correntes para o termo são: ciberdemocracia, democracia virtual, democracia eletrônica.

interessantes, tecnologicamente bem resolvidas e atraentes do ponto de vista do design” (2011: pp. 28).

Seus propósitos devem englobar (i) o aumento ou a consolidação do poder civil, seja tornando o estado mais facilmente controlável a partir do aumento da transparência, seja aumentando o nível de influência dos cidadãos sobre as decisões políticas tomadas; (ii) a garantia dos direitos e liberdades, preservando “direitos, acesso à justiça e proteção jurídica” principalmente para grupos minoritários; (iii) a ampliação pluralista da representação, aumentando “instrumentos, meios e oportunidades para que minorias políticas se representem e sejam representadas na esfera pública e nas instâncias de produção da decisão política” (p. 30).

Street (2011) delimitou pelo menos cinco arenas nas quais as new medias vêm gerando impactos na política. São elas: o governo, as eleições, os movimentos políticos e sociais, o jornalismo político e a vigilância sobre os cidadãos.

Quanto às operações governamentais, diversos países têm investido recursos para conseguir oferecer serviços, disponibilizar informações e consultar sua população por meio eletrônico (área que tem sido denominada como governo eletrônico).

Em relação às eleições, as novas tecnologias mudaram tanto as formas de se conduzir as campanhas políticas (a primeira eleição do candidato estadunidense Barack Obama, em 2008, é considerada até hoje a campanha política tecnicamente mais sofisticada de todos os tempos) quanto as formas de votação (exemplos como o Orçamento Participativo Digital, nas quais a votação é feita por qualquer cidadão que possua acesso a um computador conectado à internet, já são realidade).

Já os movimentos políticos e sociais possuem as TICs como grandes aliadas para divulgarem suas ações, recrutarem simpatizantes e legitimarem suas causas para um público mais abrangente. Ademais, a internet tem permitido o surgimento de novas

formas de ativismo político (civic networking movement), surgidas a partir de demonstrações espontâneas coordenadas pela internet ou pela telefonia móvel, capazes de serem tanto movimentos online quanto off-line.

A quarta área afetada foi o jornalismo. De um lado, ocorreu o surgimento da blogosfera, proliferando páginas pessoais de políticos, ativistas políticos e comentaristas independentes não constrangidos por visões ideológicas (comumente uníssonas) encontradas na mídia tradicional. De outro (porém relacionado ao primeiro) possibilitou o crescimento do conteúdo gerado pelo próprio usuário, fazendo de todo cidadão um editor, como dito por John Kelly (2009 apud Street, 2011).

Por fim, a vigilância do cidadão pelos governos é a quinta área política afetada pelas novas mídias. Para Street, a internet e as tecnologias associadas permitem que os Estados atuem de forma mais efetiva no controle de seus cidadãos, tal como o Big Brother de George Orwell, demonstrando que não é somente o potencial libertário das TICs que deve ser levado em conta nas análises. Nas palavras de Morozov (2009: 36), “the emergence of new digital spaces for dissent also led to new ways of tracking it” (apud Street, 2011: 265).

Desde a origem, o termo surgiu com a ideia de que a disseminação das TICs criaria condições favoráveis para formas de democracia mais avançadas. Uma das grandes promessas era de que internet e outras ferramentas tecnológicas possibilitariam a configuração de uma sociedade em rede, na qual as hierarquias tradicionais e as divisões rígidas de trabalho seriam erodidas (como pensada por Castells, 1996).

Porém, percebendo como as novas tecnologias de comunicação interagem especificamente com a esfera política, Chadwick (2006) argumenta que é preciso perceber as tecnologias disponíveis como artefatos políticos existentes dentro de contextos políticos preexistentes.

Essa ideia é interessante para afastar determinismos excessivos da análise da democracia digital. Não se deve pensar nem que as tecnologias são capazes de direcionar os desenvolvimentos sociais (determinismo tecnológico) nem que as características das esferas sociais serão reproduzidas de forma idêntica quando se analisa a relação entre política e internet (determinismo social). As interações são mútuas e as lutas de poder que ocorrem na esfera real influenciam as inovações e as formas de apropriação das ferramentas tecnológicas – e vice-versa.

É preciso perceber que o desenvolvimento tecnológico, por sua natureza, implica em decisões políticas tomadas e é influenciado pela estrutura social já consolidada. E, ainda, por mais que se fale em liberdade, igualdade, altruísmo e democracia na internet também há que se perceber a existência de controle social, disciplina, hierarquia, direcionamento de conhecimento e dominância de grupos hegemônicos.

Quando pesquisadores da democracia digital analisam factual ou prescritivamente a democracia digital, se deparam com a necessidade de se apoiar teoricamente em modelos de democracia preexistentes⁵.

Neste trabalho, defende-se um modelo democrático que reúne elementos da democracia representativa intensificando-a com elementos participativos e deliberativos. Desta forma, aceita-se tanto a visão liberal trazida por Norris (2001) quanto a necessidade de se fazer complementos ao seu modelo de democracia digital, presente no texto de Gomes (2007), conforme quadro abaixo.

⁵ Gomes (2007) identifica pelo menos seis tipos de visões diferentes: participacionista, republicana, comunitarista, liberal, libertarista e deliberacionista.

Tabela 2: Dois modelos teóricos de democracia

Modelo Liberal (Norris, 2001)	Modelo liberal ampliado (Gomes, 2007)
<p>“Neste quadro, a tarefa pró-democracia que a internet pode e deve cumprir é fundamentalmente ‘nutrir e reforçar’ as instituições essenciais do governo representativo e da sociedade civil, que neste momento histórico estão, de fato, precisando de reforço. Assim, governo e sociedade tem mais é que aprender a empregar e a proporcionar oportunidades digitais para garantir as funções vitais da democracia. Participação é importante, mas também o são, por exemplo, a capacidade que a internet tem de produzir informação que promova a transparência, a abertura e a <i>accountability</i> das agências de governo em níveis nacional e internacional, bem como a capacidade de fortalecer canais interativos de comunicação entre os cidadãos e as instituições intermediárias” (Norris, 2011, p. 104 apud Gomes, 2007).</p>	<p>A base da democracia liberal é “de fato fundamental, mas só no sentido de que é um fundamento, uma base, qualificada e irrenunciável. Mas para um corpo significativo de literatura, uma base insuficiente para um padrão adequado de democracia. Admitida tal base, ainda assim se amolam um número impressionante de déficits institucionais e culturais da democracia liberal, de consequências negativas a serem reparadas, de desvios institucionais a serem corrigidos, de riscos a serem evitados, de tendências a serem reforçados e, por fim, por último, mas não de menos importância, de princípios essenciais a serem ainda implementados” (Gomes, 2007, grifo do autor)</p>

Fonte: elaboração própria

O que acontece na prática, atualmente, é que independente do ideal normativo perseguido heurísticamente, a democracia digital ainda está longe de ser alcançada. Como explicita Street (2011), o acesso à tecnologia ainda é muito restrito e desigual. Um outro ponto a ser pensado é que ter acesso às TICs não é garantia de habilidade de uso. O uso eficiente e ampliado das tecnologias computacionais demanda um conhecimento basal que permita ao usuário uma certa intimidade com os aplicativos e os programas desenvolvidos. Ademais, a tecnologia - por si só - não é capaz de criar igualdade. Além de o acesso à tecnologia ser socialmente estratificado entre classes, gerações e países, Norris (2001) já alertava que são aqueles com maior disponibilidade de capital (material/financeiro, cultural ou cognitivo) no mundo off-line que provavelmente dominariam o mundo online.

Ou seja, déficits democráticos preexistentes são reproduzidos no mundo digital (além de novos, antes inexistentes, serem criados), ocasionando distorções na participação e má distribuição dos recursos de poder celebrados pela democracia digital.

Esses fatos, porém, não reduzem a importância de se perceber as TICs como elementos importantes nas análises de relações de poder atuais.

É certo que “as comunicações digitais em rede representam um conjunto novo de ferramentas para o estabelecimento e a extensão das redes sociais, para produzir novas formas de colaboração, informação e interesse político” (Gomes, 2011: p. 20). Mesmo que o cidadão não esteja efetivamente participando de ações politicamente relevantes na vida online, se faz necessário “criar meios de participação, oferecer oportunidades para que estes meios possam ser usados e esperar que características incluídas nas oportunidades (constrangimentos ou recompensas) sejam suficientes para motivar a participação” (p. 40).

Para Gomes,

o cidadão que usa intensamente tecnologias de conexão digital pode estar em um estado de latência no que tange à participação e ao engajamento. Ainda não quer participar ou não quer participar sempre e tanto. Mas pode estar usando iniciativas do primeiro tipo, consumindo informação política, acompanhando iniciativas de *accountability* e transparência, formando uma opinião por canais públicos e privados, enquanto faz as outras trezentas coisas que lhe interessam tanto ou mais do que a vida pública (p. 40)

Pereira (2011) salienta que as TICs são capazes de ampliarem o acesso à informação a um maior número de pessoas além de ampliarem os canais produtores de informação. Mesmo que as constatações de que a internet poderia ser um espaço no qual houvesse uma real prática deliberativa e democrática não levem a caminhos tão otimistas quanto se pensava na década de 1990, é possível perceber um aumento do escopo de possíveis práticas de movimentos sociais na rede.

Para o autor,

a Internet pode colaborar com o processo de mobilização através de boletins, e-mails, listas de discussão, blogs, plataformas sociais e sites, além de poderem ser apropriados de forma articulada com as formas já tradicionais de mobilização (...). As redes telemáticas se baseiam principalmente em práticas descentralizadas entre as entidades, suas bases e os militantes internautas ocasionais, através da construção de um espaço cooperativo que oferece informações vindas das mais variadas fontes e que podem enriquecer as práticas coletivas. A imediatividade, a capacidade de atingir indivíduos nos mais remotos locais e a construção de redes fazem com que esta tecnologia seja particularmente útil no processo de mobilização para ações políticas.

No entanto, Pereira deixa claro que para qualquer movimento ser efetivo em suas ações deve ser híbrido, isto é, a rede deve ser usada como uma ferramenta complementar de ações. O que é feito no mundo online não substitui as ações no mundo off-line seja pela existência de um grande número de pessoas excluídas digitalmente, seja por uma questão mais transcendental da existência humana.

Ademais, como visto por Maia (2011),

tornou-se cada vez mais evidente que a internet não pode ser ‘destacada’ do contexto mais amplo da vida das pessoas, como se constituísse um mundo virtual paralelo ou à parte do fluxo das atividades cotidianas. Ao invés disso, a internet deve ser entendida de modo integrado ao conjunto da vida, suplementando as interações face a face e o uso de outras tecnologias de comunicação mais tradicionais (p. 71).

Se, “o problema principal das democracias liberais contemporâneas está longe de ser o da participação, em sentido estrito, mas o da fraca capacidade concorrencial da cidadania em face de outros agentes e de outras agências com interesse político” (Gomes, 2011: p. 36), um caminho a ser seguido é a estimulação de práticas coletivas, pluralistas e democráticas⁶ por meio de atores sociais coletivos.

Não que a participação individual não tenha importância e seja eficaz democraticamente. Porém, uma diversidade de associações plurais, por conseguirem reunir em seu interior maior quantidade de recursos materiais, culturais e sociais e no seu exterior uma ampliação de interesses representados, tem maior capacidade de lançar projetos capazes de competir com maior dinamismo com as esferas de poderes constituídas ao longo da história democrática.

⁶ Lembrando continuamente de que “a participação se justifica sempre em função do seu propósito para a democracia e da qualidade moral dos seus processos” (Gomes, 2011: p. 41).

(III) Modelo de *accountability* societal por meio das TICs

A partir da teoria apresentada, das práticas observadas e potencialidades a serem exploradas e como um exercício de se pensar de forma relacional as diversas interfaces possíveis entre, de um lado, as agências de *accountability* societal - ou seja, organizações e associações civis que atuam, de alguma forma, com o controle social de governo, gerando responsabilidade e/ou sanção a agentes políticos no exercício não responsivo ou ilegal de suas funções de governo) – e, de outro, as diversas esferas da sociedade que podem ser tanto i) fonte de alimentação de informações (fornecendo inputs), quanto ii) foco das ações estabelecidas (sendo alvo de outputs), a ideia neste capítulo é criar um esboço de um modelo de *accountability* societal por meio das TICs.

Neste modelo, quatro atores principais seriam as fontes de informações das agências de *accountability* societal: as mídias tradicionais, os cidadãos, as instituições políticas e outros movimentos e associações.

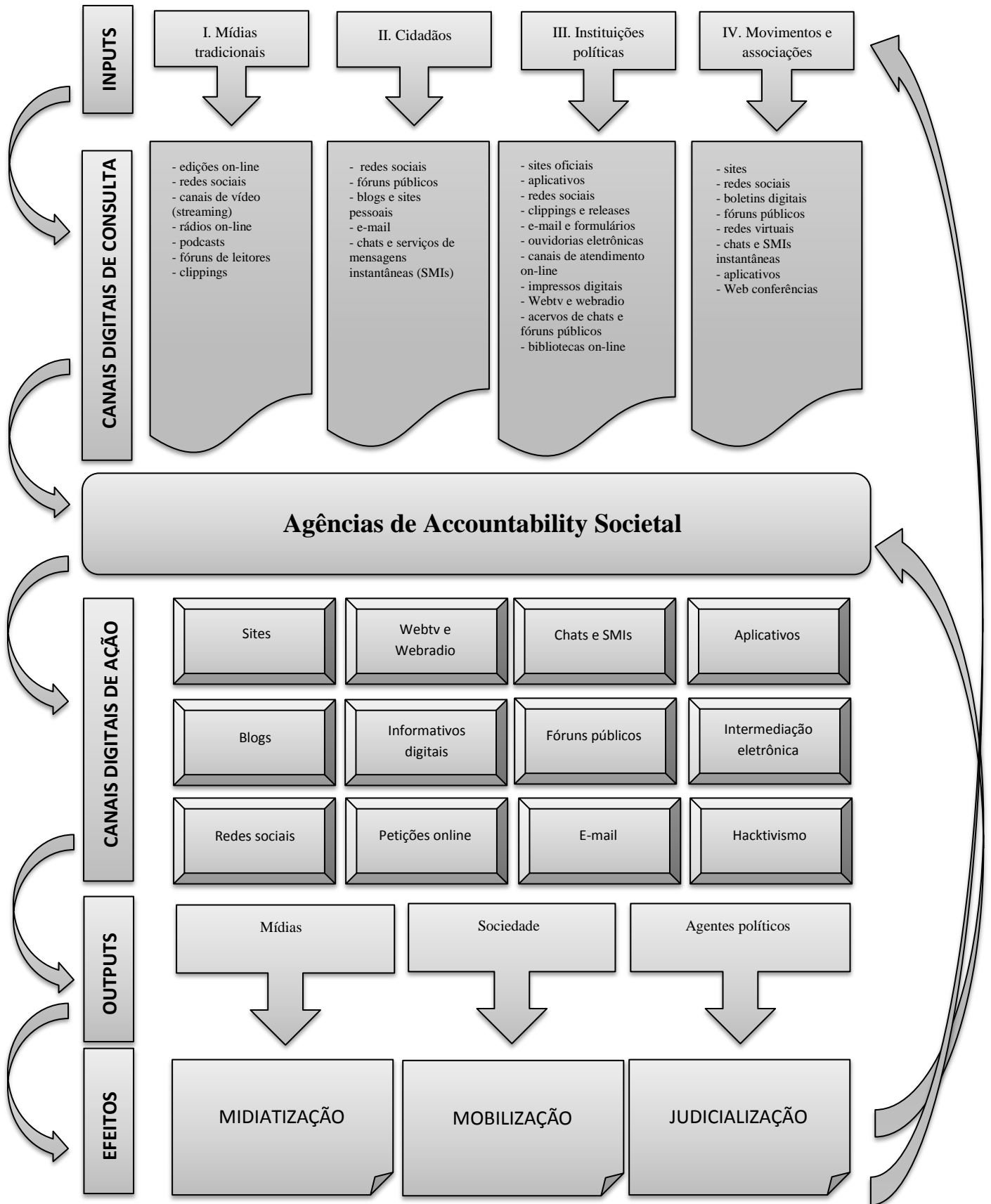
Estes atores, além do contato off-line, estabelecem uma série de canais comunicativos com as associações de controle social de governo como descrito no modelo. É importante frisar que as tecnologias de informação e comunicação evoluem continuamente e se faz necessário atualizações constantes nos instrumentos e ferramentas disponíveis para consulta.

Alimentando-se continuamente com tais dados, as agências de *accountability* societal conseguem produzir informações e estabelecerem estratégias de ações para agirem quando necessário. Ao detectarem déficits de responsividade ou ações de governo passíveis de sanções, se faz presente a necessidade de agir da forma mais ampla possível, com a finalidade de conseguirem dar intensidade e visibilidade à questão.

Neste ponto, entram os canais digitais de ação, vistos neste estudo como sendo de grande potencial para a consecução dos objetivos propostos pelas organizações de controle social de governo. Acredita-se que quanto mais abrangentes forem os canais utilizados (sem, contudo, deixar de lado os canais off-lines), maior a capacidade de alcançar uma ação eficiente. Entretanto, em um cenário de recursos escassos, é preciso definir estratégias de ação, conforme o objetivo apresentado. Nesta decisão, deve-se levar em conta o tipo de sanção a que se busca (simbólica ou legal) e quais autores devem ser os alvos preferenciais da ação (mídia, sociedade, agentes políticos).

Os efeitos de mediação, mobilização e judicialização alcançados retroalimentam o sistema continuamente e, conforme seus resultados, determinam a necessidade ou não de novas ações a serem tomadas.

Figura 3 – Modelo de Accountability Societal por meio das TICs



Fonte: elaborado pelo autor.

(IV) Estudo empírico

Em estudo anterior realizado pelo autor deste trabalho (Barbosa, 2013), foi realizado um acompanhamento das organizações da sociedade civil filiadas à Rede AMARRIBO Brasil, durante os meses de novembro e dezembro de 2012, por meio da investigação de três importantes meios digitais de comunicação: os sites próprios das instituições, os respectivos perfis no Facebook e os perfis no Twitter.

Resumidamente, as seguintes evidências foram encontradas:

- Das 208 instituições pesquisadas, apenas 85 (40,9%) foram encontradas com endereço em pelo menos um destes três meios;
- Destas 85, apenas 27 ONGs (13%) utilizam os três meios pesquisados, concomitantemente;
- Não há diferença estatisticamente significativa nos indicadores de presença virtual em relação à localização geográfica (mesmo havendo alguma variação entre as regiões brasileiras);
- O Facebook é, entre os três meios pesquisados, o meio digital mais utilizado tendo sido encontrados 66 associados (31,7%) com um perfil nesta rede social;
- A construção de sites próprios também é relevante, sendo que 57 associados (27,4%) possuem um sítio eletrônico na internet;
- O Twitter é utilizado por apenas 37 associações (17,8%) filiadas à Rede Amarribo Brasil;
- Em relação ao Facebook, criou-se uma variável denominada “total de usuários conectados” somando a quantidade de amigos e assinantes (no caso dos perfis e dos grupos) e a quantidade de curtidas e pessoas falando a respeito (no caso de páginas). A média de pessoas conectadas às instituições é de 923 pessoas (número

superestimado devido à presença de algumas poucas ONGs com um número muito grande de usuários conectados) e a mediana encontrada foi de 365 usuários;

- Em relação ao Twitter, das 36 organizações que possuem perfil no aplicativo, apenas 25% delas são seguidas por mais de 725 pessoas (50% delas possuem menos de 207 seguidores);
- Por outro lado, o número de posts por aquelas que utilizam o Twitter é bem alto: mais de 50% delas já ultrapassaram 501 posts em seus perfis.
- Em certa medida, houve uma boa correlação entre o número de tweets postados e o número de seguidores do perfil demonstrando que quanto maior o número de tweets feitos pelas organizações, maior será o número de pessoas (Teste de Correlação de Pearson = 0,596).
- Em relação aos sites, além de ser um recurso muito pouco explorado pelas organizações, poucas são aquelas que se preocupam em elaborar um design que favoreça a interatividade entre o público, a associação e o governo. A maioria delas são iniciativas de dimensão básica, utilizando-se de uma nomenclatura elaborada por Ribeiro (2012), em que o maior responsável pelo conteúdo é seu próprio criador, com pouco ou nenhum espaço de interação entre os usuários e com o objetivo principal de apenas divulgação de informação sobre a própria associação.

No geral, percebeu-se que o uso das tecnologias de informação e comunicação ainda é bem restrito e não valorizado como estratégia de ação pelas agências de accountability societal.

De forma exploratória, entretanto, o estudo não se adensou nas possibilidades trazidas pela democracia digital nem na tentativa de investigação empírica do modelo conceitual aqui trazido.

Além da necessidade de se fazer uma atualização dos dados pesquisados anteriormente, seria interessante realizar estudos de casos descritivos em pelo menos três das instituições filiadas à Rede Amarríbo Brasil com maior presença na rede.

Para tanto, a sugestão seria desenvolver pesquisas em profundidade com diretores ou pessoas com alto poder decisório dentro das organizações escolhidas buscando responder questões relacionadas às realidades vividas dentro de cada agência pois um estudo mais exaustivo das agências de accountability societal que melhor utilizam a rede poderia oferecer dados interessantes no que diz respeito às possibilidades trazidas pelas TICs no trabalho desenvolvido por essas organizações (Yin, 2009).

Considerações Finais

Três constatações teceram o pano de fundo deste trabalho e foram constatados nos debates teóricos apresentados: democracia representativa e democracia participativa, quando se complementam, formam meios ideais para que déficits institucionais históricos venham a ser amenizados através de um acompanhamento contínuo dos agentes políticos formais por parte da sociedade civil; accountability (e, mais especificamente, o controle social de governo exercido por associações e organizações civis) pode vir a ser uma forma de controle eficiente para garantir maior responsabilidade nas práticas representativas e impor maiores custos às ações passíveis de sanções dos atores políticos investidos no governo; ‘novas’ tecnologias de informação e comunicação geram a ampliação do espaço informacional e aumentam a diversidade dos canais de atuação das agências de accountability societal, favorecendo suas ações.

Empiricamente, entretanto, pode-se perceber que – pelo menos nos canais analisados (sítios eletrônicos e redes sociais) - o uso das tecnologias de informação e comunicação ainda é bem restrito e não valorizado como estratégia de ação. Poucas são as organizações civis que estabelecem uma estratégia de pluralização dos canais digitais, fazendo com que, pelo menos naquilo que chamamos de mundo online, suas ações tenham baixa visibilidade e pouco retorno.

Adensar a investigação feita para a construção de bancos de dados mais completos e desenvolver pesquisas qualitativas sobre o tema, ofereceriam respostas mais satisfatórias sobre o tema.

Há, ainda, que se estabelecer estudos empíricos capazes de investigarem e mensurarem a eficiência das práticas de accountability societal sobre as instituições políticas formais da mesma forma como é necessário ampliar os estudos sobre como as tecnologias de informação e comunicação tem sido apropriadas por essas agências civis, tanto para fundamentarem quanto para ampliarem suas ações.

Fica o desejo de que haja continuidades: nas ações desenvolvidas pelas agências de accountability societal, na apropriação das TICs por agentes oficiais do governo, por associações e organizações de controle social e pela sociedade, nos estudos teóricos e empíricos sobre o tema. O campo é amplo e repleto de indagações a serem respondidas.

BIBLIOGRAFIA

- ABRUCIO, L.F.; LOUREIRO, M.R. 2005. “Finanças públicas, democracia e accountability”. In: Economia do Setor Público no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier.
- AVRITZER, L. 2002. “Democracy and the public space in Latin America”. Princeton: Princeton University Press.
- AVRITZER, L. e NAVARRO, Z. (orgs.). 2003. “A inovação democrática no Brasil : o orçamento participativo”. São Paulo: Cortez.
- BARBOSA, Thomaz. 2013. “Accountability Societal e Tecnologias de Informação e Comunicação”. Orientador: Marcus Abílio Gomes Pereira. Monografia (Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG
- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J. e PASSERON, J. 2005. “Ofício de Sociólogo : metodologia da pesquisa na sociologia”. Petrópolis: Vozes.
- CASTELLS, M. 1999. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra.
- CENEVIVA, R. 2006. “Accountability: novos fatos e novos argumentos – uma revisão da literatura recente”. *Anais do EnAPG*. São Paulo: ANPAD.
- CHADWICK, A. 2006. “Internet politics: states, citizens, and new communication Technologies”. New York: Oxford University Press.
- CHADWICK, A.; HOWARD, P.N. 2009. “The handbook of internet politics”. New York: Routledge Books.
- COELHO, V.; NOBRE, M. 2004. “Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo”. São Paulo: Ed. 24.
- DAGNINO, E. 2002. “Sociedade civil e Espaços Públicos no Brasil”. São Paulo: Paz e Terra.
- DAHLGREN, P. 2009. “Media and political engagement. Citizens, communication and democracy”. Cambridge: Cambridge University Press.

- DRYZEK, J. 2002. "Deliberative democracy and beyond: liberals, critics, contestations". New York: Oxford University Press
- HYNDMAN, M. 2009. "The myth of digital democracy". Princeton: Princeton University Press.
- GURZA LAVALLE, A.; CASTELLO, G. 2008. "Sociedade civil, representação e a dupla face da accountability: Cidade do México e São Paulo". *Caderno CRH*, v. 21, n. 52 (pp. 67-86).
- GURZA LAVALLE, A.; ISUNZA VERA, E. 2010. "La innovación democrática em América Latina. Tramas y nudos de la representación, la participación y el control social". México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores em Antropologia Social. Universidade Veracruzana.
- GURZA LAVALLE, A.; ISUNZA VERA, E. 2011. "A trama da crítica democrática: da participação à representação e à accountability". *Lua Nova*, v. 84. (pp. 95-139).
- GURZA LAVALLE, A. e ARAUJO, C. (org.). 2006. "O Futuro da Representação". *Lua Nova*, número 67. São Paulo: Cedec.
- KOTLER, Philip. 2000. "Administração de Marketing. São Paulo: Prentice Hall.
- LÜCHMANN, L. 2007. "A representação no interior das experiências de participação". *Lua Nova*, v. 70 (pp. 139-170).
- MAINWARING, S.; WELNA, C. 2003. "Democratic accountability in Latin America". New York: Oxford University Press.
- MOROZOV, E. 2011. "The net delusion. The dark side of internet freedom". New York: Public Affairs.
- OSZLAK, O. 2003. "Responsabilización o responsabilidad? El sujeto y el objeto de un estado responsable". In: Congresso Internacional do Clad sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública, outubro de 2004. Panamá. (pp. 28-31).
- O'DONNELL, G.. 1991. "Democracia delegativa?". *Novos Estudos CEBRAP*, v. 31 (pp. 25-40).

- PEREIRA, M.A. 2011. “Internet e mobilização política: os movimentos sociais na era digital”. *Teoria & Sociedade*, n. 18.2 (pp. 10- 33).
- PERUZZOTTI, E. e SMULOVITZ, C. (eds.). 2002. “Controlando la política. Ciudadanos y medios en las nuevas democracias latino-americanas”. Buenos Aires: Temas.
- PERUZZOTTI, E. e SMULOVITZ, C. 2006. “Enforcing the law: social accountability in the new Latin American democracies”. Pittsburgh: University Of Pittsburgh Press.
- PINHO, J.A.; SACRAMENTO, A.R. 2009. “Accountability: já podemos traduzi-la para o português?”. *RAP*, v. 43 (6). (pp. 1343-1368).
- PRZEWORSKI, A.; STOKES, S. ; MANIN, B. 1999. “Democracy, Accountability, an Representation”. Cambridge: Cambridge University Press.
- RIBEIRO, M. 2012. “As relações entre governo e sociedade civil através da Web: modelos de relacionamento na esfera pública virtual”. Orientador: Eduardo Henrique Diniz. Dissertação (CMAPG) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo – FGV (170f.)
- SCHEDLER, A. 1999. “Conceptualizing accountability” in *The self-restraining state: power and accountability in new democracies*. London: Lynne Rienner Publishers.
- TATAGIBA, L. 2008. "Participação e reforma do Estado: sobre a arquitetura da participação em São Paulo". In: O'Donnell, Guillermo, Tulchi, Joseph S. e Varas, Augusto (orgs.). *New Voices in the Study of Democracy in Latin America*. Washington: Woodrow Wilson International Center for Scholars. (pp. 221-73).
- YIN, R. 2009. “Case study research, design and methods”. Thousand Oaks. California: Sage Publications.



SÉPTIMO CONGRESO LATINOAMERICANO DE CIENCIA POLÍTICA
25, 26 y 27 de Septiembre de 2013, Bogotá d.c., Colombia

ALACIP Joven (Mesa 4)
Comunicación Política, Elecciones y Opinión Pública en la América Latina

CONTROL SOCIAL AL GOBIERNO POR MEDIO DE LAS TECNOLOGÍAS DE LA INFORMACIÓN Y LA COMUNICACIÓN⁷

Thomaz Anderson Barbosa⁸
thomazanders@gmail.com

RESUMEN

Bajo el supuesto de que las tecnologías de la información y la comunicación potencializan las acciones realizadas por las organizaciones civiles de control social al gobierno, el artículo presenta un modelo de accountability societal digital desarrollado a partir de una exploración teórica de los conceptos de accountability y de democracia digital. Posteriormente, por medio de un estudio exploratorio y habiendo observado la presencia virtual de 219 organizaciones brasileras de control social en tres canales digitales de acción (páginas web, perfiles en Facebook y en Twitter), se concluyó que el uso de estas herramientas en el país aún es muy escaso y poco valorizado como estrategia de acción.

PALABRAS CLAVES:

Control social; accountability societal; internet; tecnologías de información y comunicación.

⁷ Este artículo fue producido a partir de mi monografía requisito de graduación de Ciências Sociais, titulada "Accountability Societal e Tecnologias de Informação e Comunicação". Agradezco los comentarios y sugerencias de los profesores Marcus Abílio Gomes Pereira (DCP-UFMG), Ricardo Fabrino Mendonça (DCP-UFMG) y Eduardo Henrique Diniz (EAESP-FGV). Agradezco también la traducción del texto en español, realizada por Catherine Rojas Merchán, compañera de maestría en la EAESP-FGV.

⁸ Candidato a magíster en Administración Pública y Gobierno de la Fundação Getúlio Vargas/SP (EAESP-FGV) y licenciado en Ciencias Sociales de la Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) y en Turismo (Centro Universitário Newton Paiva).

Las tecnologías de la información y las comunicaciones (TICs), aparentemente amplían el espacio informacional para las prácticas de control social al gobierno, tanto por el crecimiento de los datos disponibilizados en la internet por parte de las instituciones gubernamentales, como por las oportunidades de publicación de los resultados obtenidos para públicos mucho más extensos.

El presente artículo se propone identificar las prácticas desarrolladas en las organizaciones civiles que actúan monitoreando las actividades políticas (que serán denominadas como “agencias de accountability societal”), identificando los límites y las posibilidades de dicha actividad, tal como se ha venido desarrollando actualmente en Brasil. Específicamente, se buscará dar respuesta a la siguiente pregunta: ¿estarían las agencias de accountability societal apropiándose de las posibilidades ofrecidas por las TICs para potencializar su objetivo común de ejercer control social a los gobiernos?

En las próximas páginas se recorrerá el siguiente camino: se partirá de una revisión conceptual sobre accountability y democracia digital para, en seguida, elaborar un modelo de accountability societal por medio de las TICs. Posteriormente, serán expuestas algunas conclusiones sobre un levantamiento exploratorio realizado en 208 organizaciones de la sociedad civil que actúan en el campo del control social, haciendo una propuesta de mayor fortalecimiento de la investigación a partir de un estudio de caso de aquellas agencias de accountability que poseen mayor inserción en el mundo on-line.

El concepto de accountability (y los respectivos términos que se desprenden de éste) es estudiado por diversos autores (O'Donnell, 1991; Schedler, 1999; Mainwaring & Welna, 2003; Peruzzotti & Smulovitz, 2006; Pinho & Sacramento, 2009) y se ha fortalecido en las últimas décadas a partir de la idea de representación política como una

forma democrática que otorga a la sociedad el poder negativo de investigación, juzgamiento, influencia y renovación de los gobernantes (Urbinati, 2006).

Peruzzotti & Smulovitz (2006) - profundizando la división espacial de O'Donnell (1991) entre *accountability* horizontal (aquella hecha por una red de poderes relativamente autónomos) y *accountability* vertical (aquella hecha retrospectivamente en las elecciones) – incluyen a los medios de comunicación y a las asociaciones civiles en aquello que denominan como *accountability* social. Isunza & Lavallo (2010) dan un paso al frente considerando que el control social sobre el poder público, puede ser ejercido tanto por ciudadanos, como por actores colectivos organizados (control societal)⁹, el cual se caracterizará como siendo el control social ejercido por medio de prácticas de representación.

De esta forma, el término *accountability* societal se refiere a una forma específica de control social ejercida por actores colectivos, y capaz de generar responsabilidad y sanción a agentes políticos en el ejercicio no responsivo o ilegal de sus funciones de gobierno.

Tabla 3: Evolución conceptual del término "*accountability*"

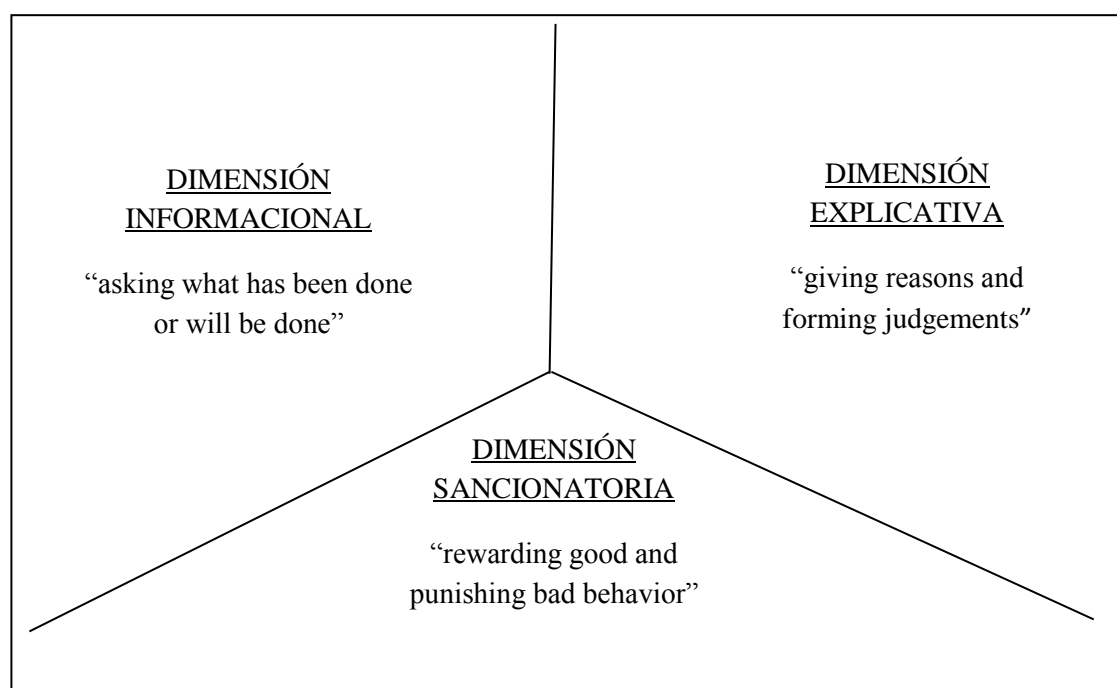
AUTOR (ES)	O'DONNELL (1991)	PERUZZOTTI & SMULOVITZ (2006)	ISUNZA & LAVALLE (2010)
INOVACIÓN TEÓRICA	Metáfora de la división espacial: <i>accountability</i> horizontal (realizado entre los poderes relativamente autónomos del Estado) y <i>accountability</i> vertical (hecho de forma retrospectiva, por medio de las elecciones).	Inclusión de <i>accountability</i> social (control social al gobierno por medio de las organizaciones civiles y medios de comunicación).	Separación entre el control social ejercido directamente por los ciudadanos y <i>accountability</i> societal, ejercido por medio de actores colectivos de la sociedad civil.

Fuente: elaboración propia

⁹ “En ese sentido, la idea de control social se enriquece con una modalidad de control propia de las relaciones entre representantes y representados, a saber, la idea de ‘rendición de cuentas’” (ISUNZA & LAVALLE, 2010: p. 21)

En relación a las estrategias a ser realizadas por las agencias de accountability societal, el modelo tridimensional de Schedler (1999) trae algunas contribuciones. Las dimensiones informacionales, explicativas y sancionatorias de la accountability son capaces de prevenir y notar abusos de poderes políticos: (a) subordinando el poder a las amenazas de sanciones; (b) obligando a ser ejercido de modo transparente y (c) forzando a justificar sus actos.

Figura 2: Tridimensionalidad del concepto de *accountability* (De acuerdo a Schedler, 1999)



Fuente: elaboración propia

La dimensión informacional implica la obligación de los agentes públicos de responder a preguntas -que no son siempre agradables- cuando sea necesario y de informar hechos confiables sobre decisiones tomadas o sobre proyectos a ser implementados, obligando a los agentes públicos a ser transparentes. Por su parte, la dimensión explicativa obliga a los gobernantes a dar explicaciones válidas de sus conductas, a partir de un proceso dialógico argumentativo basado en la lógica de la

razón pública, justificando sus actos. Finalmente, la dimensión sancionatoria correlacionada a la coerción y al constreñimiento (enforcement), somete al gobierno a amenazas de posibles sanciones.

El buen funcionamiento de la accountability societal se da cuando las pérdidas políticas son suficientemente altas (reduciendo potencialidad de alguien actuar de forma irresponsable) y las ganancias se sienten (incentivando buenos comportamientos). Para eso, la estrategia de interacción entre la judicialización, la movilización y la mediatización (medios de comunicación) es la más eficiente para hacer un control social al gobierno (Peruzzotti & Smulovitz, 2006).

En este punto, se percibe la importancia de las tecnologías de la información y comunicación, debido a que se vuelven herramientas fundamentales para dar la intensidad y visibilidad que se pretende, haciendo eco para toda la sociedad, para los medios de comunicación y para otras instituciones gubernamentales, como se verá a continuación.

(V) Democracia digital

Estarían las TICs – y más específicamente la internet- reconfigurando la participación, la deliberación y la representación política al punto de su uso ser pensado por quienes buscan ejercer un control social del gobierno?

El uso creciente de las tecnologías de la información y las comunicaciones (TICs) es notable hoy en todos los aspectos de la vida cotidiana. Esas ‘nuevas’ TICs fueron (y siguen siendo) responsables por impactos importantes en las interacciones sociales, en sus campos más diversos. La política (y lo político), evidentemente, no se queda por fuera.

Gomes (2011), conceptualiza democracia digital¹⁰ como “cualquier forma de empleo de dispositivos (computadores, celulares, smartphones, palmtops, ipads...), aplicativos (programas) y herramientas (foros, páginas web, redes sociales, medios de comunicación social...) de tecnologías digitales de comunicación para complementar, reforzar o corregir aspectos de las prácticas políticas y sociales del Estado y los ciudadanos en beneficio del contenido democrático de la comunidad política” (pp. 27-28, grifo do autor).

Para el autor, un proyecto adecuado de democracia digital debe contener cuatro requisitos. Deben ser “iniciativas con alto contenido democrático, socialmente interesantes, tecnológicamente bien resueltas y atractivas del punto de vista del diseño” (2011: pp. 28).

Sus propósitos deben abarcar (i) el aumento o la consolidación del poder civil, bien sea volviendo al Estado más fácilmente controlable a partir del aumento de la transparencia, o aumentando el nivel de influencia de los ciudadanos sobre las decisiones políticas tomadas; (ii) la garantía de los derechos y libertades, preservando “derechos, acceso a justicia y protección jurídica” principalmente para grupos minoritarios; (iii) la ampliación pluralista de la representación, aumentando “instrumentos, medios y oportunidades para que minorías políticas se representen y sean representadas en la esfera pública y en las instancias de producción de la decisión política” (p. 30).

Street (2011) delimitó al menos cinco arenas en las cuales las ‘nuevas medias’ vienen generando impactos en la política. Las cuales son: el gobierno, las elecciones, los movimientos políticos y sociales, el periodismo político y la vigilancia sobre los ciudadanos.

¹⁰ Otras expresiones para el término son: ciberdemocracia, democracia virtual, democracia electrónica.

En cuanto a las operaciones gubernamentales, diversos países han invertido recursos para ofrecer servicios, disponibilizar informaciones y consultas para sus ciudadanos por medios electrónicos (área que ha sido denominada gobierno electrónico).

En relación a las elecciones, las nuevas tecnologías transformaron tanto las formas de llevar a cabo las campañas políticas (la primera elección del candidato estadounidense Barack Obama, en 2008, es considerada hasta hoy la campaña política técnicamente más sofisticada de todos los tiempos) como las formas de votación (ejemplos como el del Presupuesto Participativo Digital, en el cual la votación es hecha por cualquier ciudadano que tenga acceso a un computador conectado a internet, ya son una realidad).

Los movimientos políticos y sociales tienen a las TICs como grandes aliadas para divulgar sus acciones, reclutar participantes y legitimar sus causas para un público más amplio. Además, la internet ha permitido el surgimiento de nuevas formas de activismo político (civic networking movement), surgidas a partir de demostraciones espontáneas coordinadas por internet o por telefonía móvil, capaces de ser tanto movimientos online como off-line.

La cuarta área afectada es el periodismo. De un lado, ocurrió el surgimiento de la blogosfera, proliferando páginas personales de políticos, activistas políticos y comentaristas independientes no constreñidos por visiones ideológicas (comúnmente unísonas) que se encuentran en los medios de comunicación tradicionales. Del otro (pero relacionada con la primera), posibilitó el crecimiento del contenido generado por el propio usuario, haciendo de cada ciudadano un editor, como fue mencionado por John Kelly (2009 apud Street, 2011).

Por último, la vigilancia sobre los ciudadanos por los gobierno es la quinta área afectada por los nuevos medios de comunicación. Para Street, la internet y las tecnologías asociadas permiten que los Estados actúen de forma más efectiva en el control de sus ciudadanos, tal como *Big brother* de George Orwell, demostrando que no es solamente el potencial libertario de las TICs que debe ser tomado en consideración en los análisis. En las palabras de Morozov (2009: 36), “the emergence of new digital spaces for dissent also led to new ways of tracking it” (apud Street, 2011: 265).

Desde el origen, el término surgió con la idea de que la diseminación de las TICs crearía condiciones favorables para formas de democracia más avanzadas. Una de las grandes promesas era que la internet y otras herramientas tecnológicas posibilitarían la configuración de una sociedad en red, en la cual se erosionarían las jerarquías tradicionales y divisiones rígidas de trabajo (como fueron pensadas por Castells, 1996).

Sin embargo, al percibir como las nuevas tecnologías de la comunicación interactúan específicamente con la esfera política, Chadwick (2006) argumenta que es necesario percibir las tecnologías disponibles como artefactos políticos existentes dentro de contextos políticos preexistentes.

Esa idea es interesante para eliminar los determinismos excesivos del análisis de la democracia digital. No se debe pensar ni que las tecnologías son capaces de direccionar los desarrollos sociales (determinismo tecnológico) ni que las características de las esferas sociales son reproducidas de forma idéntica cuando se analiza la relación entre política y internet (determinismo social). Las interacciones son mutuas y las luchas de poder que ocurren en la esfera real influyen las innovaciones y las formas de apropiación de las herramientas tecnológicas y viceversa.

Es necesario percibir que el desarrollo tecnológico, por su naturaleza, implica decisiones políticas tomadas y es influenciado por una estructura social ya consolidada.

Y, aún, por más que se hable de libertad, igualdad, altruismo y democracia en internet, también hay que percibir la existencia de control social, disciplina, jerarquía, conocimiento direccionado y dominancia de grupos hegemónicos.

Cuando los investigadores de la democracia digital la analizan de hecho o prescriptivamente, se encuentran con la necesidad de apoyarse teóricamente en modelos de democracia preexistentes¹¹.

En este trabajo, se defiende un modelo democrático que reúne elementos de la democracia representativa intensificándola con elementos participativos y deliberativos. De esta forma, se acepta tanto la visión liberal traída por Norris (2001) como la necesidad de hacer complementos a su modelo de democracia digital, presente en el texto de Gómez (2007), de acuerdo a la siguiente tabla,

Tabla 4: Dos modelos teóricos de democracia

Modelo Liberal (Norris, 2001)	Modelo liberal ampliado (Gomes, 2007)
<p>“En este cuadro, la tarea pró-democracia que la internet puede y debe cumplir es fundamentalmente: ‘nutrir y reforzar’ las instituciones esenciales del gobierno representativo y de la sociedad civil, que en este momento histórico están, de hecho, precisando de refuerzo. Así, gobierno y sociedad tienen que aprender a emplear y a proporcionar oportunidades digitales para garantizar las funciones vitales de la democracia. La participación es importante, pero también lo son, por ejemplo, la capacidad que la internet tiene de producir informaciones que promuevan la transparencia, la apertura y la <i>accountability</i> de las agencias de gobierno en niveles nacional y internacional, así como la capacidad de fortalecer canales interactivos de comunicación entre los ciudadanos y las instituciones intermediarias” (Norris, 2011, p. 104 apud Gomes, 2007).</p>	<p>La base de la democracia liberal es “de hecho fundamental, pero sólo en el sentido en que es un fundamento, una base, calificada e irrenunciable. Pero para un cuerpo significativo de literatura, una base insuficiente para un padrón adecuado de democracia. Admitida tal base, aún así se afilan un número impresionante de déficits institucionales y culturales de la democracia liberal, de consecuencias negativas a ser notadas, de desvíos institucionales a ser corregidos, de riesgos a ser evitados, de tendencias a ser reforzados y, por último, pero no de menos importancia, de principios esenciales a ser aun implementados” (Gomes, 2007, grifo do autor)</p>

Fuente: elaboración propia

¹¹ Gomes (2007) identifica al menos seis tipos de visiones diferentes: participacionista, republicana, comunitarista, liberal, libertarista y deliberacionista.

Lo que acontece en la práctica, actualmente, es que independiente del ideal normativo perseguido heurísticamente, la democracia digital aun está lejos de ser alcanzada. Como menciona de manera explícita Street (2011), el acceso a la tecnología aún es muy restricto y desigual. Otro punto a ser pensado, es que tener acceso a las TICs no es garantía de habilidad en su uso. El uso eficiente y ampliado de las tecnologías computacionales demanda conocimientos básicos que permitan al usuario una cierta interacción con los aplicativos y los programas desarrollados. Así mismo, la tecnología - por sí sola - no es capaz de crear igualdad. Además que el acceso a la tecnología es socialmente estratificado entre clases, generaciones y países, Norris (2001) alertaba que son aquellos con mayor disponibilidad de capital (material/financiero, cultural o cognitivo) en el mundo off-line los que probablemente dominaran el mundo online.

O sea, déficits democráticos preexistentes son reproducidos en el mundo digital (además de nuevos, antes inexistentes, ser creados), ocasionando distorsiones en la participación y mala distribución de los recursos de poder exaltados por la democracia digital.

Esos hechos, sin embargo, no reducen la importancia de percibir las TICs como elementos importantes en los análisis de relaciones de poder actuales.

Es cierto que “las comunicaciones digitales en red representan un conjunto nuevo de herramientas para el establecimiento y la extensión de las redes sociales, para producir nuevas formas de colaboración, información e interés político” (Gomes, 2011: p. 20). Así el ciudadano no esté efectivamente participando de acciones políticamente relevantes en la vida online, se hace necesario “crear medios de participación, ofrecer oportunidades para que estos medios puedan ser usados y esperar que características incluidas en las oportunidades (constreñimientos o recompensas) sean suficientes para motivar la participación” (p. 40).

Para Gomes,

El ciudadano que usa intensamente tecnologías de conexión digital puede estar en un estado latente en lo que se refiere a la participación y al compromiso. Aún así no quiera participar o no quiera participar con frecuencia. Puede estar usando iniciativas del primer tipo, consumiendo información política, acompañando iniciativas de *accountability* y transparencia, formando una opinión por canales públicos y privados, mientras hace las otras trescientas cosas que le interesan tanto o más que la vida pública (p. 40)

Pereira (2011) resalta que las TICs son capaces de ampliar el acceso a la información a un mayor número de personas además de ampliar los canales productores de información. Así las constataciones de que la internet podría ser un espacio en el cual habría una práctica deliberativa real y democrática no lleven a caminos tan optimistas como se pensaba en la década de 1990, es posible percibir un aumento del alcance de posibles prácticas de movimientos sociales en la red.

Para el autor,

La Internet puede colaborar con el proceso de movilización a través de boletines, e-mails, listas de discusión, blogs, plataformas sociales y páginas web, además de ser apropiados de forma articulada con las formas tradicionales de movilización (...). Las redes telemáticas se basan principalmente en prácticas descentralizadas entre las entidades, sus bases y los militantes internautas ocasionales, a través de la construcción de un espacio cooperativo que ofrece informaciones oriundas de las más variadas fuentes y que pueden enriquecer las prácticas colectivas. La inmediatez, la capacidad de lograr que llegue a individuos en los más remotos lugares y la construcción de redes hacen que esta tecnología sea particularmente útil en el proceso de movilización para acciones políticas.

Sin embargo, Pereira deja claro que para que cualquier movimiento sea efectivo en sus acciones debe ser híbrido, esto es, la red debe ser usada como una herramienta complementaria de acciones. Lo que es hecho en el mundo online no substituye las acciones en el mundo off-line, sea por la existencia de un gran número de

personas excluidas digitalmente, sea por una cuestión más trascendental de la existencia humana.

Además, como fue mencionado por Maia (2011),

Se volvió cada vez más evidente que la internet no puede ser ‘apartada’ del contexto más amplio de la vida de las personas, como si constituyera un mundo virtual paralelo o a parte del flujo de las actividades cotidianas. En vez de eso, la internet debe ser entendida de modo integrado al conjunto de la vida, complementando las interacciones cara a cara y el uso de otras tecnologías de comunicación más tradicionales (p. 71).

Si, “el problema principal de las democracias liberales contemporáneas está lejos de ser el de la participación, en sentido estricto, sino que es el de la frágil capacidad competitiva de la ciudadanía frente a otros agentes y a otras agencias con interés político” (Gomes, 2011: p. 36), un camino a ser seguido es la estimulación de prácticas colectivas, pluralistas y democráticas¹² por medio de actores sociales colectivos.

No es que la participación individual no tenga importancia ni sea eficaz democráticamente. Sin embargo, una diversidad de asociaciones plurales, por conseguir reunir en su interior una mayor cantidad de recursos materiales, culturales y sociales y en su exterior una amplitud de intereses representados, tiene mayor capacidad de poner en marcha proyectos capaces de competir con mayor dinamismo con las esferas de poderes constituidas a lo largo de la historia democrática.

(VI) Modelo de *accountability* societal por medio de las TICs

A partir de la teoría presentada, de las prácticas observadas y potencialidades a ser exploradas y como un ejercicio de pensarse de forma relacional las diversas interfaces posibles entre, de un lado, las agencias de *accountability* societal - ou sea, organizaciones y asociaciones civiles que actúan, de alguna forma, con el control social

¹² Recordando continuamente que “La participación se justifica siempre en función de su propósito para la democracia y la calidad moral de sus procesos” (Gomes, 2011: p. 41).

al gobierno, generando responsabilidad y/o sanción a agentes políticos en el ejercicio no responsivo o ilegal de sus funciones de gobierno – y, de otro, las diversas esferas de la sociedad que pueden ser tanto i) fuente de alimentación de informaciones (ofreciendo inputs), como ii) foco de las acciones establecidas (siendo objetivo de outputs), la idea en este capítulo es crear un bosquejo de un modelo de accountability societal por medio de las TICs.

En este modelo, cuatro actores principales serían las fuentes de informaciones de las agencias de accountability societal: los medios de comunicación tradicionales, los ciudadanos, las instituciones políticas y otros movimientos y asociaciones.

Estos actores, además del contacto off-line, establecen una serie de canales comunicativos con las asociaciones de control social al gobierno como está descrito en el modelo. Es importante subrayar que las tecnologías de la información y la comunicación evolucionan continuamente y se hace necesario actualizaciones constantes de los instrumentos y herramientas disponibles para consulta.

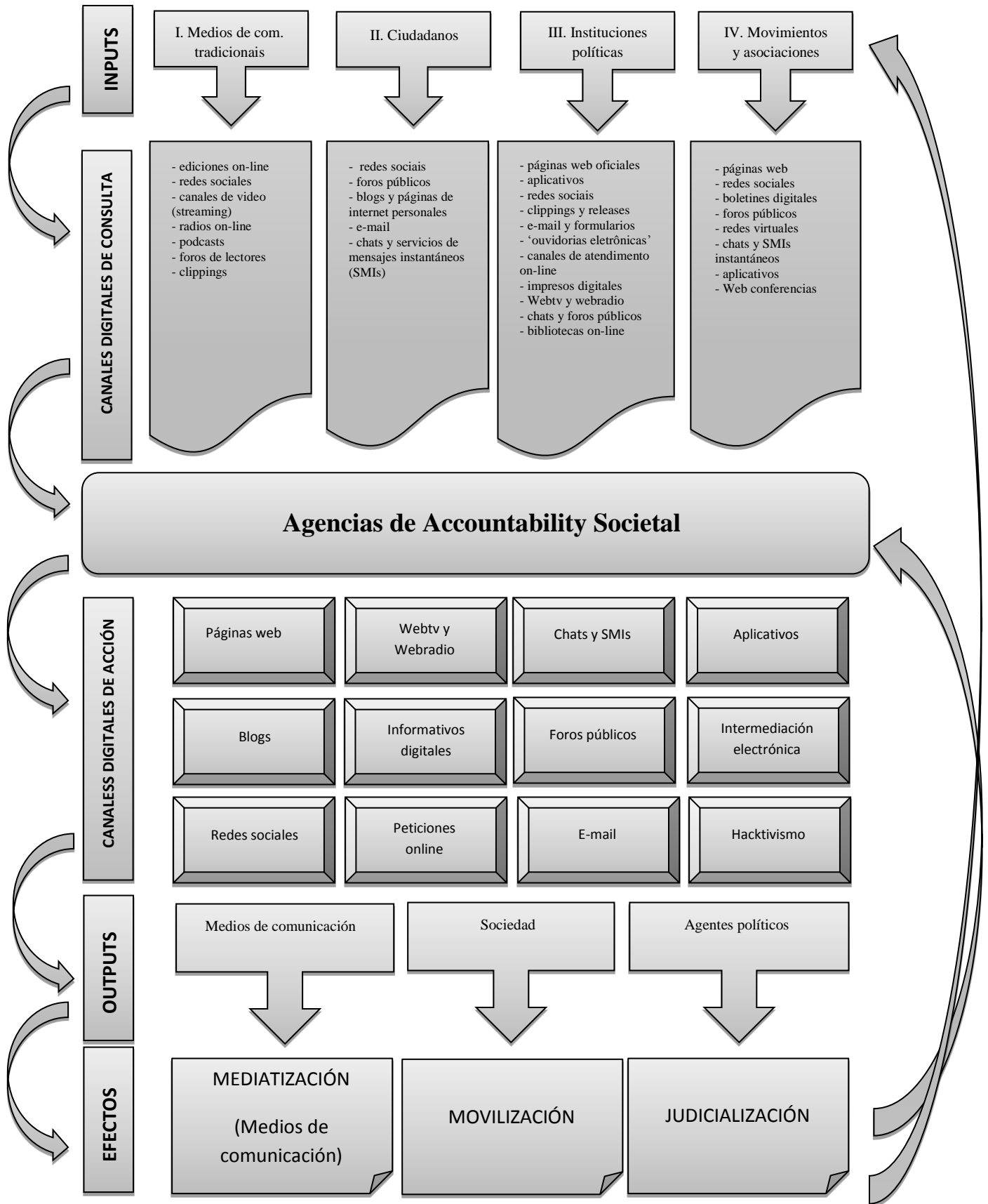
Alimentándose continuamente con tales datos, las agencias de accountability societal consiguen producir informaciones y establecer estrategias de acciones para actuar cuando sea necesario. Al detectar déficits de responsividad o acciones de gobierno pasibles de sanciones, se hace presente la necesidad de actuar de la forma más amplia posible, con la finalidad de conseguir dar intensidad y visibilidad a tal cuestión.

En este punto entran los canales digitales de acción, vistos en este estudio como siendo de gran potencial para la consecución de los objetivos propuestos por las organizaciones de control social al gobierno. Se cree que cuanto más amplios e incluyentes sean los canales utilizados (sin dejar de lado los canales off-lines), mayor la capacidad de alcanzar una acción eficiente. No obstante, en un escenario de recursos escasos, es necesario definir estrategias de acción, de acuerdo al objetivo presentado.

En esta decisión, se debe tener en cuenta el tipo de sanción que se busca (simbólica o legal) y cuáles actores deben ser los objetivos preferenciales de la acción (medios de comunicación, sociedad, agentes políticos).

Los efectos de la mediatización, movilización y judicialización alcanzados retroalimentan el sistema continuamente y, conforme a sus resultados, determinan la necesidad o no de nuevas acciones a ser emprendidas.

(VII) Figura 3 – Modelo de Accountability Societal por medio de las TICs



Estudio empírico

En un estudio anterior elaborado por el autor de este trabajo (Barbosa, 2013), fue realizado un acompañamiento de las organizaciones de la sociedad civil asociadas a la Red AMARRIBO Brasil, durante los meses de noviembre y diciembre de 2012, por medio de la investigación de tres importantes medios digitales de comunicación: las páginas web de las propias instituciones, los respectivos perfiles en Facebook y sus perfiles en Twitter.

Resumidamente, fueron encontradas las siguientes evidencias:

- De las 208 instituciones estudiadas, apenas 85 (40,9%) fueron encontradas con participación en al menos uno de estos tres medios;
- De estas 85, apenas 27 ONGs (13%) utilizan los tres medios de los estudiados, al mismo tiempo;
- No hay diferencia estadísticamente significativa en los indicadores de presencia virtual en relación a la localización geográfica (inclusive existiendo variaciones entre las regiones brasileras);
- Facebook es, entre los tres medios estudiados, el medio digital más utilizado, fueron encontradas 66 asociaciones (31,7%) con un perfil en esta red social;
- La construcción de páginas web propias también es relevante, 57 asociaciones (27,4%) poseen un sitio electrónico en internet;
- Twitter es utilizado por apenas 37 organizaciones (17,8%) asociadas a la Red Amarribo Brasil;
- En relación a Facebook, se creó una variable denominada “total de usuarios conectados” sumando la cantidad de amigos y suscriptores (en el caso de los perfiles y de los grupos) y la cantidad de ‘likes’ y personas hablando al respecto (en el caso de las páginas). La media de personas conectadas a las instituciones es de

923 personas (número sobreestimado debido a la presencia de algunas pocas ONGs con un número muy grande de usuarios conectados) y la mediana encontrada fue de 365 usuarios;

- En relación al Twitter, de las 36 organizaciones que poseen perfil en el aplicativo, apenas 25% de ellas son seguidas por más de 725 personas (50% de ellas tienen menos de 207 seguidores);
- Por otro lado, el número de posts por aquellas que utilizan Twitter es muy alto: más de 50% de ellas superaron 501 posts en sus perfiles.
- En cierta medida, hubo una buena correlación entre el número de tweets posteados y el número de seguidores del perfil, demostrando que a mayor número de tweets publicados por las organizaciones, mayor será el número de personas (Test de Correlación de Pearson = 0,596).
- En relación a las páginas web, además de ser un recurso poco explorado por las organizaciones, pocas se preocupan por elaborar un diseño que favorezca la interactividad entre el público, la organización y el gobierno. La mayoría de ellas son iniciativas de dimensión básica, utilizando la nomenclatura elaborada por Ribeiro (2012), en que el mayor responsable por el contenido es su propio creador, con poco o ningún espacio de interacción entre los usuarios y con el objetivo principal de apenas divulgar información sobre la propia organización.

En general, fue percibido que el uso de las tecnologías de la información y la comunicación aún es escaso y no valorizado como estrategia de acción por las agencias de accountability societal.

De forma exploratoria, con todo, el estudio no se fortaleció con las posibilidades ofrecidas por la democracia digital, ni en la tentativa de investigación empírica del modelo conceptual aquí estudiado.

Además de la necesidad de hacer una actualización de los datos estudiados anteriormente, sería interesante realizar estudios de casos descriptivos en al menos tres de las instituciones asociadas a la Red Amarribo Brasil con mayor presencia en la red.

Para eso, la sugerencia sería desarrollar estudios en profundidad con directores o personas con alto poder decisorio dentro de las organizaciones escogidas, buscando responder preguntas relacionadas a las realidades vividas dentro de cada agencia, pues un estudio más exhaustivo de las agencias de accountability societal que mejor utilizan la red, podría ofrecer datos interesantes respecto a las posibilidades traídas por las TICs en el trabajo desarrollado por esas organizaciones (Yin, 2009).

Consideraciones Finales

Tres constataciones tejían el telón de fondo de este trabajo y fueron constatadas en los debates teóricos presentados: democracia representativa y democracia participativa, cuando se complementan, forman medios ideales para que déficits institucionales históricos sean mejorados a través de un acompañamiento continuo de los agentes políticos formales por parte de la sociedad civil; accountability (y, más específicamente, el control social al gobierno ejercido por asociaciones y organizaciones civiles) puede ser una forma de control eficiente para garantizar mayor responsabilidad en las prácticas representativas e imponer mayores costos a las acciones pasibles de sanciones de los actores políticos del gobierno; ‘nuevas’ tecnologías de información y comunicación generan la ampliación del espacio informacional y

aumentan la diversidad de los canales de actuación de las agencias de accountability societal, favoreciendo sus acciones.

Empíricamente, entretanto, puede percibirse que – al menos en los canales analizados (páginas electrónicas y redes sociales) - el uso de las tecnologías de la información y la comunicación aún es escaso y no valorizado como estrategia de acción. Pocas son las organizaciones civiles que establecen una estrategia de pluralización de los canales digitales, haciendo que, por lo menos en aquello que llamamos de mundo online, sus acciones tengan baja visibilidad y poco retorno.

Fortalecer la investigación realizada para la construcción de bancos de datos más completos y desarrollar estudios cualitativos sobre el tema, ofrecerían respuestas más satisfactorias sobre el tema.

Hay, todavía, que establecer estudios empíricos capaces de investigar y medir la eficiencia de las prácticas de accountability societal sobre las instituciones políticas formales, de la misma forma como es necesario ampliar los estudios sobre cómo las tecnologías de la información y la comunicación han sido apropiadas por esas agencias civiles, tanto para fundamentar , como para ampliar sus acciones

Queda el deseo de que haya continuidad: en las acciones desarrolladas por las agencias de accountability societal, en la apropiación de las TICs por agentes oficiales del gobierno, por asociaciones y organizaciones de control social y por la sociedad, en los estudios teóricos y empíricos sobre el tema. El campo es amplio y lleno de indagaciones a ser respondidas.

BIBLIOGRAFIA

- ABRUCIO, L.F.; LOUREIRO, M.R. 2005. “Finanças públicas, democracia e accountability”. En: Economia do Setor Público no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier.
- AVRITZER, L. 2002. “Democracy and the public space in Latin America”. Princeton: Princeton University Press.
- AVRITZER, L. e NAVARRO, Z. (orgs.). 2003. “A inovação democrática no Brasil : o orçamento participativo”. São Paulo: Cortez.
- BARBOSA, Thomaz. 2013. “Accountability Societal e Tecnologias de Informação e Comunicação”. Orientador: Marcus Abílio Gomes Pereira. Monografia (Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG
- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J. e PASSERON, J. 2005. “Ofício de Sociólogo : metodologia da pesquisa na sociologia”. Petrópolis: Vozes.
- CASTELLS, M. 1999. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra.
- CENEVIVA, R. 2006. “Accountability: novos fatos e novos argumentos – uma revisão da literatura recente”. *Anais do EnAPG*. São Paulo: ANPAD.
- CHADWICK, A. 2006. “Internet politics: states, citizens, and new communication Technologies”. New York: Oxford University Press.
- CHADWICK, A.; HOWARD, P.N. 2009. “The handbook of internet politics”. New York: Routledge Books.
- COELHO, V.; NOBRE, M. 2004. “Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo”. São Paulo: Ed. 24.
- DAGNINO, E. 2002. “Sociedade civil e Espaços Públicos no Brasil”. São Paulo: Paz e Terra.
- DAHLGREN, P. 2009. “Media and political engagement. Citizens, communication and democracy”. Cambridge: Cambridge University Press.

- DRYZEK, J. 2002. "Deliberative democracy and beyond: liberals, critics, contestations". New York: Oxford University Press
- HYNDMAN, M. 2009. "The myth of digital democracy". Princeton: Princeton University Press.
- GURZA LAVALLE, A.; CASTELLO, G. 2008. "Sociedade civil, representação e a dupla face da accountability: Cidade do México e São Paulo". *Caderno CRH*, v. 21, n. 52 (pp. 67-86).
- GURZA LAVALLE, A.; ISUNZA VERA, E. 2010. "La innovación democrática en América Latina. Tramas y nudos de la representación, la participación y el control social". México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social. Universidade Veracruzana.
- GURZA LAVALLE, A.; ISUNZA VERA, E. 2011. "A trama da crítica democrática: da participação à representação e à accountability". *Lua Nova*, v. 84. (pp. 95-139).
- GURZA LAVALLE, A. e ARAUJO, C. (org.). 2006. "O Futuro da Representação". *Lua Nova*, número 67. São Paulo: Cedec.
- KOTLER, Philip. 2000. "Administração de Marketing. São Paulo: Prentice Hall.
- LÜCHMANN, L. 2007. "A representação no interior das experiências de participação". *Lua Nova*, v. 70 (pp. 139-170).
- MAINWARING, S.; WELNA, C. 2003. "Democratic accountability in Latin America". New York: Oxford University Press.
- MOROZOV, E. 2011. "The net delusion. The dark side of internet freedom". New York: Public Affairs.
- OSZLAK, O. 2003. "Responsabilización o responsabilidad? El sujeto y el objeto de un estado responsable". En: Congresso Internacional do Clad sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública, outubro de 2004. Panamá. (pp. 28-31).
- O'DONNELL, G.. 1991. "Democracia delegativa?". *Novos Estudos CEBRAP*, v. 31 (pp. 25-40).

- PEREIRA, M.A. 2011. "Internet e mobilização política: os movimentos sociais na era digital". *Teoria & Sociedade*, n. 18.2 (pp. 10- 33).
- PERUZZOTTI, E. e SMULOVITZ, C. (eds.). 2002. "Controlando la política. Ciudadanos y medios en las nuevas democracias latino-americanas". Buenos Aires: Temas.
- PERUZZOTTI, E. e SMULOVITZ, C. 2006. "Enforcing the law: social accountability in the new Latin American democracies". Pittsburgh: University Of Pittsburgh Press.
- PINHO, J.A.; SACRAMENTO, A.R. 2009. "Accountability: já podemos traduzi-la para o português?". *RAP*, v. 43 (6). (pp. 1343-1368).
- PRZEWORSKI, A.; STOKES, S. ; MANIN, B. 1999. "Democracy, Accountability, an Representation". Cambridge: Cambridge University Press.
- RIBEIRO, M. 2012. "As relações entre governo e sociedade civil através da Web: modelos de relacionamento na esfera pública virtual". Orientador: Eduardo Henrique Diniz. Dissertação (CMAPG) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo – FGV (170f.)
- SCHEDLER, A. 1999. "Conceptualizing accountability" in *The self-restraining state: power and accountability in new democracies*. London: Lynne Rienner Publishers.
- TATAGIBA, L. 2008. "Participação e reforma do Estado: sobre a arquitetura da participação em São Paulo". In: O'Donnell, Guillermo, Tulchi, Joseph S. e Varas, Augusto (orgs.). *New Voices in the Study of Democracy in Latin America*. Washington: Woodrow Wilson International Center for Scholars. (pp. 221-73).
- YIN, R. 2009. "Case study research, design and methods". Thousand Oaks. California: Sage Publications.